

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira
Marilena Igreja Lazzarin
Roberto de Assumpção

**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica**

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
17/86

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira
Marilena Igreja Lazzarini
Roberto de Assumpção

São Paulo
1986

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - BREVE HISTÓRICO	2
3 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO	6
3.1 - O Debate sobre a Questão Agrária	6
3.2 - O Que é Crise Agrária	7
3.3 - Solução Adotada	8
4 - SITUAÇÃO RECENTE	11
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
LITERATURA CITADA	16

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira

Marilena Igreja Lazzarini

Roberto de Assumpção

1 - INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, os crescentes conflitos no setor rural, com deflagração de greves pelos bóias-frias, com movimentos de trabalhadores rurais sem terra e/ou ainda com a pressão de produtores rurais quanto à política agrícola do Governo, aliados à necessidade de importação de alguns gêneros alimentícios, num País onde a maioria da população se encontra subnutrida, colocam como fator de relevância a discussão sobre a questão agrária.

A pluralidade de opiniões, no que diz respeito aos problemas agrários, tem levado as propostas de medidas que vão desde o completo planejamento to econômico até o "laissez-faire".

O debate sobre possíveis soluções tem sido polarizado em termos de posições ideológicas conflitantes, muitas vezes dificultando o seu equacionamento, pois a superação deste conflito está no plano político, na medida em que reflete os interesses dos diferentes setores sociais ligados à questão da terra.

De fato, o que se observa num primeiro momento é que a estrutura fundiária do Brasil, desde a colonização, fundamentou-se em latifúndios, basicamente voltados para o mercado externo, incorrendo, ainda, em forte concentração do uso e posse da terra, o que constituiu os primeiros ciclos econômicos (açúcar, ouro e café).

Até a década de 30, a economia do País foi essencialmente agrícola, passando então para um período de desenvolvimento industrial, dando origem a migrações de um grande contingente populacional do campo para as cidades. A agricultura diversificou-se de forma acelerada a partir daí, passando da monocultura do café para policultura, resultado do crescimento da demanda por produtos agrícolas tanto no mercado externo como no mercado das grandes cidades brasileiras, observando-se nesta época a valorização da terra quanto ao seu uso produtivo.

A despeito da rápida urbanização, a taxa de crescimento demográfico na zona rural ainda era alta, o que provocou uma crescente demanda por terras, fazendo com que os grandes proprietários estendessem suas culturas para áreas

antes ocupadas pelas lavouras dos pequenos agricultores. Acentuou-se, também, nesse período a utilização da terra como reserva de valor, o que possibilitou seu uso especulativo, à semelhança de outros ativos financeiros.

Já a partir de meados dos anos 50, com a implantação da indústria de bens de produção, através do Plano de Metas, surgiram as condições necessárias para a modernização do processo produtivo agrícola, o que efetivamente ocorreu de forma acentuada nos anos setenta, gerando o emprego sazonal e a figura do bóia-fria. Entretanto, apesar das mudanças ocorridas no Brasil no que se refere à estrutura fundiária praticamente nada se alterou.

Nesse sentido, este trabalho se propõe justamente a traçar algumas considerações sobre a questão agrária, através da revisão de textos dos principais autores que versaram sobre o assunto, hoje objeto de tantas inquietações, procurando desta maneira fornecer elementos que ajudem a compreender seu âmbito e seu limite.

Para tornar mais didática a apresentação do tema, optou-se por uma divisão constituída das seguintes partes:

- a) breve análise sobre a forma de apropriação da terra – a estrutura fundiária – na história brasileira, ou seja, a estrutura fundiária na qual se basearam as formas de organização da produção durante os ciclos econômicos, desde o descobrimento até 1930;
- b) a questão agrária e a industrialização, destacando-se as teses que foram colocadas nessa época quanto ao papel a ser cumprido pela agricultura assim como o seu rumo histórico;
- c) desenvolvimento de um quadro da situação recente da questão agrária, como decorrência do rumo histórico tomado com a industrialização, visando verificar quais são os problemas existentes hoje e fazer algumas proposições como contribuição para superá-los.

2 - BREVE HISTÓRICO

Práticas de incorporação de terras em unidades agropecuárias originadas nos tempos do Brasil colônia perpetuaram-se no País, criando uma estrutura fundiária das mais concentradas. A preocupação da Coroa portuguesa em assegurar a "posse" da terra descoberta no imenso e desconhecido território fez com que se estabelecesse a doação de grandes extensões de terras a particulares, na forma de sesmarias, surgindo assim os primeiros latifúndios.

As atividades produtivas da colônia, na sua globalidade, se baseavam na agricultura e no comércio, cabendo aos latifúndios a função básica de produção e exportação. Primeiramente, foi o ciclo da cana-de-açúcar e, no fi

nal da escravidão, o café, produtos que garantiram a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

Os capitais investidos inicialmente no setor cafeeiro eram de origem brasileira e, em parte, advindos da exploração do ouro nas Minas Gerais, criando desta forma condições para que, a partir de 1820-30, se desenvolvesse a cultura no País, período conhecido como "ciclo do café". Com a crescente demanda pelo produto no mercado internacional, principalmente na década 1870-80, o Brasil se consolidou como produtor-exportador da rubiãcea.

Assim, a sociedade brasileira era constituída de duas classes sociais básicas: senhores e escravos. Havia, também, uma massa heterogênea que, na periferia dos latifúndios e às vezes em função deles mesmos voltaram-se para a produção de alimentos, formada por pequenos produtores (brancos, mestiços, índios e negros libertos); nas cidades e vilas surgiram outras categorias compostas por escreventes, contadores, mascates e vendedores ambulantes, entre outros.

Com a extinção do regime de sesmarias no século XIX, aliada à crise do regime escravocrata a partir da proibição do tráfico de escravos, criou-se em 1850 uma legislação – Lei da terra. Por este novo texto legal, definiu-se o acesso à terra, estabelecendo-se que as áreas devolutas só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda, o que evidentemente, beneficiava os detentores de capital. Portanto, ao mesmo tempo em que se reduzia o escravo negro, surgiram novas bases para a organização do mercado de trabalho "livre", o que resultou no colono "assalariado", dada a dificuldade de acesso à terra.

Finalmente, em 1888, ocorreu a abolição da escravatura e, em 1889, a proclamação da República, configurando-se uma transformação no modo de organização da produção do café em relação ao uso da mão-de-obra, a qual passou a ser suprida por imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, que vieram para o Brasil como colonos. Estes tiveram suas passagens financiadas pelos proprietários de terra, que exigiam em troca um período de trabalho como forma de pagamento da dívida. Com a finalidade de baixar o custo da mão-de-obra, permitiu-se a produção de subsistência nas ruas do café, composta basicamente de arroz, feijão e milho.

Tendo desta forma assegurado o fator de produção mão-de-obra, o café manteve-se como o produto básico dos latifúndios e, conseqüentemente, como o "carro chefe" da economia brasileira.

Inicialmente produzido no Estado do Rio de Janeiro, expandiu-se em direção ao Estado de São Paulo, ocupando o Vale do Paraíba, onde foi construída a Estrada de Ferro Central do Brasil, com recursos ingleses tanto de capital como tecnológico, servindo ao transporte do café.

Nesta fase, ocorreu a intensificação da monetarização da economia,

em consequência da abolição da escravatura, incrementando o mercado interno, até então abastecido pelas importações e estimulando, desta forma, a implantação de um núcleo manufatureiro no Brasil.

Paralelamente ao setor cafeeiro rural, desenvolveu-se, na região urbana, um segmento da sociedade constituído pelos exportadores e importadores e, também, o setor público, representado por um Governo que defendia, basicamente, os interesses cafeeiros, sendo seu principal instrumento de ação a política cambial.

Dado o comportamento cíclico do café no mercado internacional, verificaram-se períodos caracterizados por crises de superprodução, as quais foram se tornando mais agudas, principalmente em função do tamanho do setor cafeeiro no País, o que comprometia a economia brasileira. Em função dessa situação, o Governo representando os interesses dos cafeicultores, desenvolveu uma estratégia para amenizar os efeitos das crises, tendo sobrevalorizado o câmbio, em períodos de baixa do preço do café no mercado internacional para garantir, dessa maneira, a receita em moeda nacional e socializar as perdas através de inflação. Completando a medida de política cambial, foram efetuadas compras para a formação de estoques reguladores, de modo a controlar a oferta de café no mercado internacional, com o intuito de manter elevado o preço do produto. O financiamento desta operação se deu através da taxação do café exportado, na forma de confisco.

O objetivo desta política em relação ao setor manufatureiro era o de propiciar o desenvolvimento da indústria emergente no Brasil pois, em períodos de sobrevalorização do câmbio, os produtos importados que abastecem o mercado interno têm suas cotações elevadas, o que aumenta a competitividade dos produtos nacionais. Também nos períodos de câmbio normal, portanto de preços mais baixos dos produtos importados, favoreceu a importação de bens de produção por parte da burguesia industrial nascente, dando assim os primeiros passos no sentido da industrialização, através de transferência de renda do setor cafeeiro.

Durante o ciclo do café, a utilização da terra dependia exclusivamente de ordens institucionais e jurídicas ditadas pelos interesses da burguesia cafeeira.

A cafeicultura nacional cresceu enormemente nas primeiras décadas do século XX, dada a sua grande vantagem relativa quando cotejada aos demais produtos agrícolas do País. Portanto, observa-se que os capitais formados no País também fluíram para a lavoura cafeeira.

Segundo FURTADO (3), "era inevitável que a oferta de café tendesse a crescer, não em função do crescimento da produção, mas sim da disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas, e de vantagem relativa que apresen-

tava esse artigo de exportação".

Com o excesso de oferta, os preços do café passaram a sofrer sérios reveses no mercado internacional, e as políticas de valorização adotadas pelo Governo brasileiro, em última instância, apenas transferiram a solução do problema para o futuro, o qual vinha se tornando cada vez mais grave.

O futuro chegou com a grande depressão de 1929, pois desse ano a 1931 o preço do café no mercado internacional caiu de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos de dólar por libra, isto apesar da pouca elasticidade do consumo de café.

O Governo passou a comprar o café dos produtores para queimá-lo. Esse fato pode parecer absurdo à primeira vista; entretanto, para induzir os produtores a não colherem o café, os preços teriam que baixar muito mais, principalmente quando se considera a desvalorização cambial do cruzeiro. Por outro lado, as compras de café, através do efeito multiplicador, geram demanda em outros setores da economia e criam uma renda maior que os dispêndios com a aquisição e queima.

Nas palavras de FURTADO (3): "o que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruiu era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes".

Explica-se, assim, que já em 1933 tenha começado a crescer a renda nacional no Brasil, quando nos Estados Unidos os primeiros sinais de recuperação só se manifestaram em 1934.

Essa política serviu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia, o que, em uma época de ruptura entre a economia nacional e a economia internacional, estimulou a nascente indústria nacional.

Essa decadência da economia cafeeira, aliada ao nascimento da burguesia industrial brasileira, forçou a um deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor industrial. Com esse novo panorama econômico, o pacto social também sofreu profundas alterações, com a queda da oligarquia cafeeira e a ascensão de outras oligarquias como: a do gado no Rio Grande do Sul, a da borracha no Norte e a do algodão e a do açúcar no Nordeste. Como nenhum desses grupos, isoladamente, tinha poder hegemônico, o novo pacto teve a participação de todos, com a mediação do Governo Getúlio Vargas.

Esse fato gerou a integração do mercado nacional, na complementação das economias regionais, que antes se fazia pelo comércio exterior.

3 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

A partir de 1933, especificamente de 1933/35, intensificou-se a industrialização no Brasil, o que, paulatinamente, diminuiu o poder político dos latifúndios; a indústria passou a assumir o comando do processo capitalista de acumulação, através da estratégia de "substituição de importações".

Nesta época, começaram a aparecer, de forma mais sólida, pequenas fábricas de chapéus, louças, fiação e tecelagem, etc, fortalecendo a urbanização e provocando várias modificações na produção agropecuária. Dado esse mercado crescente, consolidou-se a pequena produção de bens agrícolas e também a produção de matérias-primas para as indústrias nascentes, ocupando desta forma o espaço deixado pelo latifúndio cafeeiro que caiu com a crise de 1929.

A agricultura produtora de alimentos no período anterior era apenas atividade subsidiária do latifúndio cafeeiro, voltada para o autoconsumo; com a mudança do pólo dinâmico, a agricultura voltou-se para o mercado, convertendo-se em produção de mercadorias.

O algodão, cultura que substituiu o vazio deixado pelo café, inovou as relações de trabalho no campo, que antes se caracterizavam predominantemente pelo colonato; assim as novas relações tiveram como base a parceria, por quanto essa cultura apresenta um risco climático muito maior e o proprietário de terra passa a dividi-lo como o trabalhador.

Com a recuperação da economia mundial no pós-guerra, a agricultura voltou a se constituir em grande fonte de divisas para o País, as quais eram usadas na aquisição de bens intermediários e de produção.

Já no período 1955/61, com a entrada do Governo Juscelino Kubitschek implantou-se o "Plano de Metas", através da utilização de poupança internacional, pois com o decorrer do processo de industrialização havia a necessidade de internalizar a indústria pesada (siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc), na economia nacional, criando, desta maneira, a infra-estrutura em território brasileiro para a produção de bens de consumo final.

O debate sobre a questão agrária intensificou-se no período final dos anos 50 e início da década de 60, e está ligado aos rumos da industrialização brasileira, sendo a agricultura, ou mais especificamente, a estrutura concentrada da posse da terra, colocada como um entrave ao desenvolvimento, o que requer, como solução, a reforma agrária.

3.1 - O Debate Sobre a Questão Agrária

A reforma agrária seria necessária para acelerar a penetração das relações capitalistas de produção no campo e, conseqüentemente, eliminar os

resquícios feudais existentes, como colocava GUIMARÃES (6). Nesse sentido, a reforma agrária resolveria a questão agrária, suprimindo as relações pré-capitalistas, e a questão agrícola, propiciando um aumento de produção pelo uso de terrasocios, o que se configuraria numa exigência do capitalismo, no sentido de propiciar a ampliação do mercado para a indústria do País.

PRADO JR. (12) considera como equivocada a posição de Alberto Passos Guimarães, alegando que as supostas relações feudais não passavam de relações de emprego assalariado disfarçado, sendo fundamental apenas caracterizar a existência ou não de autonomia nas atividades exercidas pelos parceiros, foreiros e outros; ou seja, a ausência de autonomia indicaria, entre outros fatores, que não havia, portanto, nenhum sentido em falar de reforma agrária para passar para o sistema capitalista. Além disso, Caio Prado Jr. argumenta que nossa colonização foi atrelada ao capitalismo comercial que estava se implantando na Europa.

Apesar desses diferentes posicionamentos sobre a funcionalidade de uma reforma agrária, havia nessa época um consenso nos vários diagnósticos sobre os rumos da economia brasileira, reforçado inclusive pela corrente cepalina, que afirmava que a estrutura agrária-altamente concentrada é limitante ao processo de industrialização do País (13), porque:

- há um estrangulamento na oferta de alimentos aos setores urbanos, com pressão sobre os preços e reflexos nos salários urbanos;
- o mercado interno não cresce para suprir a oferta da indústria em surgimento, pois o campo é auto-suficiente, ou seja, a agricultura não é um mercado para o setor industrial.

RANGEL (13) demonstra que a reforma agrária funcionando como "um dos preparativos mais importantes do corpo social para empreender o processo de industrialização". Seu efeito final, segundo o citado autor, deveria ser "a criação de uma numerosa classe de pequenos produtores que, por um lado, preservam sua capacidade de produção para autoconsumo e, por outro, como pequenos produtores de mercadorias que são, ao lado dos pequenos produtores urbanos de mercadorias, caem na área de atração da economia de mercado, com sua típica propensão para a especialização e para a independência". Ou seja, a pequena produção funcionaria como um mecanismo regulador do sistema, o que coloca a reforma agrária como condição obrigatória para o desenvolvimento.

É importante contextualizar o problema da reforma agrária enquanto crise agrária e agrícola.

3.2 - O Que é Crise Agrária:

RANGEL (13) situa a crise agrária dentro do contexto do processo de

desenvolvimento do capitalismo industrial, com a transferência de considerável parcela da população trabalhadora das condições de virtual auto-suficiência para as de crescente interdependência.

"... o processo de desmantelamento da autarcia familiar – especialmente das grandes massas camponesas, mas não apenas delas – embora inevitável, afinal, desejável, porque não pode haver desenvolvimento sem divisão do trabalho, seja feito em ritmo que se harmonize com o processo paralelo de organização da economia extra-familiar que deve receber e utilizar proveitosamente o tempo de trabalho liberado pela economia natural familiar. Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária. Esse descompasso pode se manifestar por excesso ou insuficiência da oferta de mão-de-obra à economia extra-familiar e, por sua vez, esse desequilíbrio, qualquer que seja o seu sinal, pode se exprimir por super ou subdimensionamento do setor agrícola no sistema econômico". Nesta situação, segundo o autor, a crise agrária apresenta-se como crise agrícola. Ou seja, a questão agrária está sempre presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Há um íntimo relacionamento entre elas, sendo necessário frisar, entretanto, que a resolução de uma crise pode ser feita de modo a agravar a questão agrária.

Segundo GRAZIANO DA SILVA (5), a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz e quanto se produz. A questão agrária está afeita às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. Seus principais indicadores são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, entre outros.

3.3 - Solução Adotada

Em função do conceito apresentado anteriormente, torna-se necessário colocar a influência do processo de industrialização no desenvolvimento da agricultura e na questão agrária. A industrialização brasileira ocorreu não no momento histórico do capitalismo concorrencial, mas do capitalismo monopolista, por isso é chamada de "tardia", o que trouxe consequências fundamentais do ponto de vista da absorção da mão-de-obra. A indústria que se instalou no Brasil já trouxe embutida uma tecnologia que não permitiu absorver em larga escala a mão-de-obra liberada da agricultura.

Diante do processo de industrialização descrito, a atividade agrícola dos países de economia de mercado, face às condições que a transformam ou numa parte integrante do capital monopolista ou em seu apêndice, só teve duas opções para solucionar seus problemas: "reforma agrária ou a estratégia de modernização conservadora" (6). O Brasil optou pelo segundo caminho: enfrentou a questão agrícola, propiciando o aumento da oferta de matérias-primas para a indústria e alimentos para o mercado interno, além de produtos de exportação, e conectou o setor agrícola à indústria, através da demanda de insumos e máquinas. Ampliou, além disso, o mercado interno para produtos industriais, não só pelo aumento de consumo dos bens finais, mas principalmente do consumo de bens intermediários, facilitado pela desestruturação de parte da economia de subsistência e a conseqüente urbanização de parcela significativa da população rural.

RANGEL (13) explica a "rationale" desse processo de industrialização, que "se fez nos quadros de instituições que, de certo modo, corrigem os preços relativos dos fatores, engendrando condições propícias para funções de produção progressivas ... capital intensivo e poupador de mão-de-obra". Ou seja, o empresário age racionalmente, na medida em que o salário que tem de pagar ao trabalhador é nominalmente elevado, pois está sobrecarregado por pseudo-custos e o capital lhe chega a custos descontados. Além disso, esse autor coloca que a função social de produção não tem esse caráter de poupadora de mão-de-obra, pois há o contra-peso da função incremental de produção, que força a que a economia nacional recorra a expedientes que implicam o emprego maciço de mão-de-obra.

Assim, a própria agricultura foi levada a adotar sofisticadas tecnologias importadas, através de pesados subsídios estatais.

Para os capitalistas do campo, tanto pessoa física como jurídica, criaram-se mecanismos financeiros a juros subsidiados e inúmeros incentivos, possibilitando, desse modo, a concentração da terra nas mãos de um número cada vez menor de protegidos sob a tutela do Estado.

Portanto, o processo de industrialização avançou sem reforma agrária e mais que isso: a estrutura agrária, que já era altamente concentrada, teve a partir dos anos 60 um aumento no grau de concentração, conforme quadro 1.

Os dados apresentados revelam a rigidez da estrutura agrária brasileira: enquanto os 50% de propriedades menores, praticamente, mantiveram sua participação na área total durante todo o período considerado, os 5% e 1% de propriedades maiores tiveram maior participação relativa na distribuição de terras, o que evidencia uma "mã" distribuição da posse da terra ao longo desse período.

QUADRO 1. - Distribuição da Posse da Terra no Brasil

Percentual (%)	Censos Agrícolas					Cadastro do INCRA	
	1920	1940	1950	1960	1970	1967	1972
50	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	3,5	3,8
5	66,1	66,2	67,9	67,9	66,8	66,0	68,1
1	41,9	43,0	44,6	44,5	42,8	44,3	46,0

Fonte: Censos Agrícolas e Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA).

Assim, o início dos anos 60 marcou a entrada das multinacionais na indústria pesada e na produção de máquinas e insumos agrícolas. O Governo, sob o comando dos interesses dos grupos econômicos, implementou uma política de desenvolvimento agrícola destinada a incentivar a organização da produção desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de modernas tecnologias.

GRAZIANO DA SILVA (5) destaca que a agricultura, após os anos 60, sofreu um processo de diferenciação em três grandes regiões: o Centro-Sul, com a rápida modernização, pela incorporação de insumos industriais; o Nordeste, que permanece sem grandes transformações fundamentais nas suas características, mesmo após a incorporação das fronteiras do Maranhão e da Bahia; e a Amazônia, incluindo parte da Região Centro-Oeste, áreas de expansão de fronteira.

Portanto, no período 1960/70, além da concentração fundiária, houve uma rápida expansão de fronteira agrícola no País, sem que tal fato tenha contribuído para melhorar a distribuição de terras. Segundo GRAZIANO DA SILVA (4 e 5), a expansão recente da fronteira tem-se dado com base na implantação de grandes fazendas, especialmente na região Amazônica.

Nas fases de crescimento, como a de 1967/72, aumentou o número de grandes propriedades, via absorção de áreas de pequenas produções, empurrando-as para as áreas de fronteira, principalmente aquelas pequenas explorações que têm formas precárias de acesso à terra.

No período 1972/76, houve uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, com a implantação de pequenas propriedades e, paralelamente, a instalação de imensas áreas, geralmente ligadas a grandes empresas.

O relacionamento da crescente concentração fundiária, no período, com as variáveis fundamentais para a compreensão da questão agrária, coloca a necessidade de se entender o mecanismo cíclico da criação e destruição da pequena produção. Nos períodos de crise há, em geral, um aumento de todos os tamanhos de propriedade: as pequenas produções ressurgem pela própria imposição

dos grandes proprietários, que repassam a responsabilidade de parte de suas áreas aos parceiros e arrendatários, visando diminuir seus custos e riscos.

O complexo latifúndio-minifúndio, que nasceu com o ciclo do açúcar e vem se reproduzindo com maior intensidade no País, inclusive nas fronteiras agrícolas está sendo ocupado cada vez mais pelas grandes empresas capitalistas, generalizando assim a miséria e o êxodo para os centros urbanos, marginalizando o trabalhador rural e sua família e internacionalizando o latifúndio. Essa estratégia beneficiou, prioritariamente, os complexos agroindustriais, negligenciando os 2,5 milhões de minifúndios e 5 milhões de trabalhadores temporários-volantes, biscateiros e bôia-frias (6).

Na verdade, esse padrão de concentração da propriedade da terra, somado à rápida expansão da fronteira agrícola, levou milhares de pequenos parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários a se mudarem para as cidades, evidenciando que tal solução foi apenas provisória e provocou um agravamento do quadro social.

4 - SITUAÇÃO RECENTE

O debate sobre a questão agrária ainda hoje é objeto de polêmica, à semelhança de épocas anteriores. Com relação à questão atual, pretende-se mostrar como as análises e diagnósticos diferem entre si. Conforme os autores que têm escrito sobre o assunto, a situação recente da agricultura brasileira tem se caracterizado por uma série de problemas exigindo mudanças no atual quadro, o qual apresenta as mais diferentes perspectivas.

Para GRAZIANO DA SILVA (5), as principais mudanças ocorridas recentemente na agricultura brasileira e que implicam um agravamento da questão agrária são:

- a) fechamento da fronteira agrícola com reflexos no plano social, econômico e político;
- b) processo acelerado da modernização agrícola na Região Centro-Sul do País, provocando três conseqüências básicas: acentuadas disparidades intra e interregionais; aumento da sazonalidade do trabalho agrícola e tendência de unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada; crescente presença do capital monopolista no campo, subordinando as pequenas produções aos seus interesses, como centro de acumulação dinâmica de capital.

Portanto, para o autor, a não existência de "terras livres" obriga a agricultura a se capitalizar para responder ao crescimento da demanda de alimentos e de matérias-primas. Nesse sentido, a produtividade deverá crescer continuamente através de tecnologias físicas, químicas e biológicas. Da mesma

maneira que o capital deverá encontrar suas próprias formas para superar os obstáculos e atingir tais objetivos, a população rural deverá resolver seus problemas, organizando-se e defendendo seus próprios interesses. Dada essa nova dimensão, a questão agrária ressurgem em nova embalagem e se coloca, especificamente, dentro do contexto de ser uma solução para a crise agrária brasileira, apresentando-se agora como uma reivindicação dos setores populares. Para GRAZIANO DA SILVA (5), configura-se como "uma luta pela transformação da própria sociedade brasileira para um outro sistema, onde o trabalhador não só trabalhe, mas também se aproprie dos frutos de seu trabalho".

A questão agrária permeia a análise dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, todos ligados ao caráter predatório que atingiu a forma específica do desenvolvimento do capitalismo neste País, sendo, portanto, uma questão eminentemente política.

Segundo NAKANO (8), a agricultura brasileira vem sofrendo hoje sérios efeitos distorcivos, originados por três mecanismos estruturais e "perversos":

- a) a troca desigual entre agricultura e indústria, através da compressão de custo-preço e, como consequência, uma apropriação crescente da renda do setor agrícola para o industrial;
- b) apropriação da terra, mantendo até hoje o antigo complexo latifúndio - minifúndio, e que ainda vem se reproduzindo com grande intensidade no País;
- c) valorização da terra, a despeito da não utilização produtiva desta, deixando a propriedade fundiária num forma que privilegia a acumulação de capital fictício.

O autor propõe que esses mecanismos sejam desarticulados, a fim de se obter eficácia, na formulação de uma política agrícola, e benefícios para a coletividade via investimentos públicos. Alerta que a não reorientação dos diversos instrumentos da política implicará resultados ainda mais perversos e um maior reforço dos mecanismos apontados anteriormente.

NAKANO (8), apresenta duas tendências básicas existentes na agricultura, as quais vem provocando enormes distorções sobre a organização fundiária e produtiva do setor agropecuário. Trata-se, em primeiro lugar, da desvalorização da produção agrícola, dificultando de forma acentuada o acesso à terra para uma grande massa de pequenos produtores rurais, os quais, quando não são expulsos, ficam confinados em áreas de tamanhos irrelevantes e de baixa fertilidade, sem nenhuma condição de acumulação. A segunda tendência é caracterizada pela valorização fictícia da terra, privilegiando aqueles que têm acesso aos centros de decisão política ou que possuem capital; com isso se intensifica e até se reforça o processo de concentração da propriedade da terra, que é ocupada de forma extensiva e improdutiva, esgotando a fronteira natural

de crescimento agrícola tradicional. Provoca-se, assim, uma crescente expulsão do trabalhador rural e insuficiente expansão da produção agropecuária.

Para garantir a reestruturação do sistema produtivo agrícola, o autor sugere políticas alternativas, quais sejam:

- a) que sustentem, de forma permanente, a rentabilidade da produção rural, através de instrumentos que atuem sobre os mecanismos de preços, via política eficaz de preços mínimos, os quais valorizem a produção e elevem os preços relativos da agricultura, de modo a destruir o mecanismo de troca desigual;
- b) que penalizem a apropriação improdutiva da terra, via política tributária, elevando-se gradualmente o Imposto Territorial Rural (ITR) e tornando-se confiscatória com o decorrer do tempo, de forma a dar oportunidade aos atuais proprietários, de utilizar produtivamente as terras ou de se desfazerem dela, permitindo então aos pequenos produtores o acesso a mesma em dimensões adequadas. Criar-se-iam, por esse meio, as condições para a capitalização e modernização da produção rural.

O autor apresenta um enfoque das graves distorções na agricultura, da mesma forma que outros estudiosos, os quais concordam com o diagnóstico quanto à crescente valorização da terra e desvalorização da produção. Diferem, entretanto, quanto às políticas de reestruturação fundiária e da produção, apresentando sugestões conflitantes, para a solução dessa problemática.

Para NAKANO (8) uma reforma agrária seria viabilizada naturalmente e sem graves conflitos, se adotada a nova política; porém, seria uma reforma com visão estratificada pela multiplicidade de explorações familiares, que considera mais eficientes tecnologicamente e que têm tamanho ótimo definido pela tecnologia, capazes de obter os ganhos de escala que podem ser absorvidos por tais empreendimentos agrícolas, sob o comando de dois ou três trabalhadores apenas. Aponta a atual modernização dos latifúndios — hoje transformados em grande empresa capitalista — como um verdadeiro fracasso, já que devem operar numa escala superior à ótima, com custos crescentes, inclusive os de administração, maiores que os das unidades familiares. Coloca, ainda, que a propriedade familiar tem como objetivo último aquilo que denomina de "preço de subsistência", em condições de cobrir os custos de produção e de depreciação das máquinas e de garantir uma renda para a reprodução da família. Sendo este preço inferior ao preço da produção permitiria, portanto, o deslocamento da produção capitalista. Desta forma, a nova classe produtiva interessa apenas a valorização da atividade agrícola, de forma a expandir esta atividade, e não o capital.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, este trabalho procurou mostrar que as possíveis soluções para a crise agrária presente nos dias de hoje devem ter por substrato uma compreensão do processo histórico da apropriação e uso da terra e sua inserção no desenvolvimento econômico brasileiro.

Nesse sentido, a primeira conclusão que se destaca é a alta concentração fundiária existente em toda a história do Brasil, a qual tem sua origem na fase do capitalismo mercantil, quando a Coroa Portuguesa explorava a colônia através da produção para exportação, criando basicamente duas classes sociais no Brasil: senhores e escravos.

Alguns acontecimentos que de certa forma poderiam ter mudado esse rumo histórico, como a modificação do uso de mão-de-obra escrava para o assalariado durante o ciclo do café, na verdade não propiciaram o acesso a terra aos imigrantes, que foram impedidos por ordens institucionais e jurídicas ditadas pelo interesse da burguesia cafeeira, sem a reversão do processo de concentração fundiária.

Também a industrialização leve, a partir dos anos 30, e a pesada, a partir dos meados dos anos 50, de certa forma agravaram a questão agrária, pois com a preocupação de adotar tecnologia de capital intensivo gerou um número pequeno de empregos, deixando grande parte da população à margem do processo de desenvolvimento que se desencadeou neste período.

Esse descompasso entre a liberação de mão-de-obra do setor rural familiar e sua não absorção total pela economia extrafamiliar é, na concepção de RANGEL (13), o que constitui a crise agrária. Decorrente desse processo, a questão agrária veio se agravando, principalmente no período mais recente com o esgotamento da fronteira agrícola, a qual foi ocupada por grandes empresas capitalistas através da internacionalização dos latifúndios, dando continuidade à propriedade das terras de forma concentrada, e ocupada de maneira extensiva e improdutiva, aliando-se, ainda, ao especulativo da terra pela acumulação fictícia de capital.

Atualmente, são várias as reivindicações que permeiam a sociedade brasileira para solução da crise agrária. Nesse sentido, no que se refere aos trabalhadores a questão da reivindicação tem sido dicotomizada entre reforma agrária e melhores salários, o que às vezes é tomado como posições antagônicas. Nesse sentido, cabe citar as palavras de GRAZIANO DA SILVA "... essa oposição - terra/salários - só aparece quando não se consegue entender a complexidade das relações de trabalho na agricultura brasileira. No fundo, o que os trabalhadores rurais querem - como todos os trabalhadores em geral - são melho

res condições de vida e de trabalho. Se isso é possível obter trabalhando um pedaço de chão que não seja de outro, ou recebendo altos salários, pouco importa: o fundamental é que se obtenha com isso os frutos de seu trabalho".

Cabe considerar a atual preocupação do Governo da Nova República em implementar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, que visa atender cerca de 10 milhões de beneficiários potenciais, tendo por objetivo geral mudar a estrutura fundiária do País, distribuindo e redistribuindo a terra de modo a eliminar progressivamente o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico, no esforço de proporcionar acesso à propriedade da terra aos que não a possuem. No entanto, há que se atentar para ações políticas específicas, coerentes com as estratégias globais de desenvolvimento social e econômico, sob pena de fracassarem, invalidando sacrifícios e recursos investidos.

Os propósitos da reforma agrária são assim enunciados: a) combate à pobreza dos agricultores sem terra; b) garantia de produção de alimentos e outros produtos agrícolas a preços baixos; e c) contribuição à retomada do crescimento econômico e social do País. Todavia, se a reforma agrária da Nova República, no afã de assegurar um regime de posse e uso da terra aos que não a possuem, terminar criando novos minifúndios antieconômicos e/ou latifúndios com área mal exploradas, porém os únicos capazes de arcar com pesadas tributações, não se resolverá o problema da pobreza rural, mas transferirá a mesma dos não proprietários para os novos proprietários de terra.

Acredita-se que a meta da reforma agrária deva ser a constituição de novas empresas familiares ou outras formas de organização, que assegurem reais possibilidades de incorporar o progresso econômico e social das famílias envolvidas.

Se os ajustamentos fundiários que devem ocorrer, principalmente nas regiões com decréscimo da população rural e esgotamento da fronteira agrícola, caso do Sul e Sudeste, forem determinados somente pelas forças do mercado, sem uma participação interveniente do Estado, o problema da concentração fundiária talvez se agrave ainda mais a curto e médio prazos, em vez de caminhar para uma solução. Caso as áreas liberadas para a reforma agrária não sejam contempladas por uma nova política agrícola serão, via de regra, adicionadas a grandes empresas, deixando de contribuir para melhorar a base fundiária.

Todas essas questões, apesar da abordagem técnica, são de cunho político e, sem dúvida alguma, são relevantes, no sentido de reorientar a agricultura. Por conseguinte, é fundamental identificar de que modo os pontos levantados neste trabalho estão diretamente vinculados à formação das classes. É fundamental, portanto, que exista espaço para que cada classe social possa se organizar na esfera política, o que só será possível se os brasileiros construírem uma sociedade basicamente democrática.

LITERATURA CITADA

1. BRESSER PEREIRA, Luiz C. A reforma agrária inadiável ED-BRASIL (E-498). São Paulo, EAESP/FGV, 1980. 5p. (mimeo)
2. CUNHA, Marcus. A reforma agrária. Reforma agrária, Campinas, 2(4): 6-14, jul./ago. 1981.
3. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1980. 261p.
4. GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210p. (Coleção Economia e Planejamento - Série Teses e Pesquisas)
5. ————. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 109p. (Coleção Primeiros Passos, 18)
6. GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Paz e Terra, 1981. 255p. (Coleção Estudos Brasileiros, 24)
7. HOMEM DE MELLO, Fernando B. et alii. Proálcool, energia e transporte. São Paulo, Pioneira, 1981. 136p.
8. NAKANO, Yoshiaki. Questões prioritárias na formulação de políticas agrícolas. São Paulo, s.c.p.; s.d. 14p. (mimeo)
9. ————. Taxa de lucro na agricultura. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(3):3-16, jul./set. 1981.
10. OLIVEIRA, Antonio C. O partido dos trabalhadores frente à questão agrária. Reforma Agrária, Campinas, 11(4):2-5, jul./ago. 1981.
11. OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: críticas a razão dualista. Rio de Janeiro, CEBRAP/Vozes, 1972. 65p.
12. PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188p.

13. RANGEL, Ignácio. Questão agrária e agricultura. Encontros com Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 7(1):179-192, jan. 1979.
14. RYFF, Tito. A cornucópia agrícola: mito e realidade. In: TAVARES, Maria da C. & DAVID, Maurício D. Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. 4.ed. Rio de Janeiro, Vozes/Achiamê, 1982. p.89-99.
15. VEIGA, José E. O que é reforma agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 87p. (Coleção Primeiros Passos, 33)

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

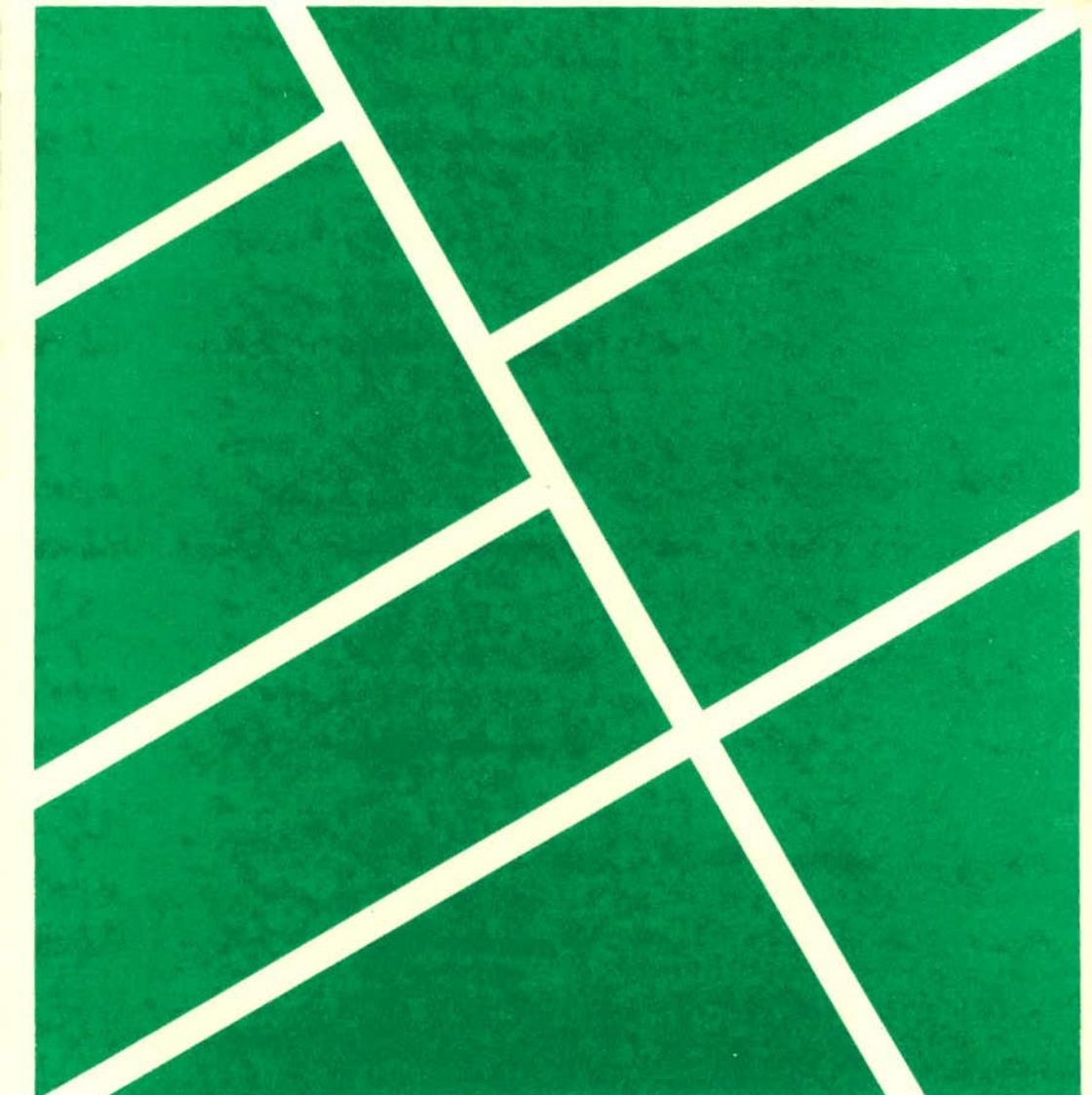
Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria



Relatório de Pesquisa
Nº 17/86

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira

Marilena Igreja Lazzarin

Roberto de Assumpção

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
17/86

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira
Marilena Igreja Lazzarini
Roberto de Assumpção

São Paulo
1986

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - BREVE HISTÓRICO	2
3 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO	6
3.1 - O Debate sobre a Questão Agrária	6
3.2 - O Que é Crise Agrária	7
3.3 - Solução Adotada	8
4 - SITUAÇÃO RECENTE	11
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
LITERATURA CITADA	16

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Elizabeth Alves e Nogueira

Marilena Igreja Lazzarini

Roberto de Assumpção

1 - INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, os crescentes conflitos no setor rural, com deflagração de greves pelos bóias-frias, com movimentos de trabalhadores rurais sem terra e/ou ainda com a pressão de produtores rurais quanto à política agrícola do Governo, aliados à necessidade de importação de alguns gêneros alimentícios, num País onde a maioria da população se encontra subnutrida, colocam como fator de relevância a discussão sobre a questão agrária.

A pluralidade de opiniões, no que diz respeito aos problemas agrários, tem levado as propostas de medidas que vão desde o completo planejamento to econômico até o "laissez-faire".

O debate sobre possíveis soluções tem sido polarizado em termos de posições ideológicas conflitantes, muitas vezes dificultando o seu equacionamento, pois a superação deste conflito está no plano político, na medida em que reflete os interesses dos diferentes setores sociais ligados à questão da terra.

De fato, o que se observa num primeiro momento é que a estrutura fundiária do Brasil, desde a colonização, fundamentou-se em latifúndios, basicamente voltados para o mercado externo, incorrendo, ainda, em forte concentração do uso e posse da terra, o que constituiu os primeiros ciclos econômicos (açúcar, ouro e café).

Até a década de 30, a economia do País foi essencialmente agrícola, passando então para um período de desenvolvimento industrial, dando origem a migrações de um grande contingente populacional do campo para as cidades. A agricultura diversificou-se de forma acelerada a partir daí, passando da monocultura do café para policultura, resultado do crescimento da demanda por produtos agrícolas tanto no mercado externo como no mercado das grandes cidades brasileiras, observando-se nesta época a valorização da terra quanto ao seu uso produtivo.

A despeito da rápida urbanização, a taxa de crescimento demográfico na zona rural ainda era alta, o que provocou uma crescente demanda por terras, fazendo com que os grandes proprietários estendessem suas culturas para áreas

antes ocupadas pelas lavouras dos pequenos agricultores. Acentuou-se, também, nesse período a utilização da terra como reserva de valor, o que possibilitou seu uso especulativo, à semelhança de outros ativos financeiros.

Já a partir de meados dos anos 50, com a implantação da indústria de bens de produção, através do Plano de Metas, surgiram as condições necessárias para a modernização do processo produtivo agrícola, o que efetivamente ocorreu de forma acentuada nos anos setenta, gerando o emprego sazonal e a figura do bóia-fria. Entretanto, apesar das mudanças ocorridas no Brasil no que se refere à estrutura fundiária praticamente nada se alterou.

Nesse sentido, este trabalho se propõe justamente a traçar algumas considerações sobre a questão agrária, através da revisão de textos dos principais autores que versaram sobre o assunto, hoje objeto de tantas inquietações, procurando desta maneira fornecer elementos que ajudem a compreender seu âmbito e seu limite.

Para tornar mais didática a apresentação do tema, optou-se por uma divisão constituída das seguintes partes:

- a) breve análise sobre a forma de apropriação da terra – a estrutura fundiária – na história brasileira, ou seja, a estrutura fundiária na qual se basearam as formas de organização da produção durante os ciclos econômicos, desde o descobrimento até 1930;
- b) a questão agrária e a industrialização, destacando-se as teses que foram colocadas nessa época quanto ao papel a ser cumprido pela agricultura assim como o seu rumo histórico;
- c) desenvolvimento de um quadro da situação recente da questão agrária, como decorrência do rumo histórico tomado com a industrialização, visando verificar quais são os problemas existentes hoje e fazer algumas proposições como contribuição para superá-los.

2 - BREVE HISTÓRICO

Práticas de incorporação de terras em unidades agropecuárias originadas nos tempos do Brasil colônia perpetuaram-se no País, criando uma estrutura fundiária das mais concentradas. A preocupação da Coroa portuguesa em assegurar a "posse" da terra descoberta no imenso e desconhecido território fez com que se estabelecesse a doação de grandes extensões de terras a particulares, na forma de sesmarias, surgindo assim os primeiros latifúndios.

As atividades produtivas da colônia, na sua globalidade, se baseavam na agricultura e no comércio, cabendo aos latifúndios a função básica de produção e exportação. Primeiramente, foi o ciclo da cana-de-açúcar e, no fi

nal da escravidão, o café, produtos que garantiram a lucratividade dos capitais comerciais metropolitanos.

Os capitais investidos inicialmente no setor cafeeiro eram de origem brasileira e, em parte, advindos da exploração do ouro nas Minas Gerais, criando desta forma condições para que, a partir de 1820-30, se desenvolvesse a cultura no País, período conhecido como "ciclo do café". Com a crescente demanda pelo produto no mercado internacional, principalmente na década 1870-80, o Brasil se consolidou como produtor-exportador da rubiãcea.

Assim, a sociedade brasileira era constituída de duas classes sociais básicas: senhores e escravos. Havia, também, uma massa heterogênea que, na periferia dos latifúndios e às vezes em função deles mesmos voltaram-se para a produção de alimentos, formada por pequenos produtores (brancos, mestiços, índios e negros libertos); nas cidades e vilas surgiram outras categorias compostas por escreventes, contadores, mascates e vendedores ambulantes, entre outros.

Com a extinção do regime de sesmarias no século XIX, aliada à crise do regime escravocrata a partir da proibição do tráfico de escravos, criou-se em 1850 uma legislação - Lei da terra. Por este novo texto legal, definiu-se o acesso à terra, estabelecendo-se que as áreas devolutas só poderiam ser apropriadas mediante compra e venda, o que evidentemente, beneficiava os detentores de capital. Portanto, ao mesmo tempo em que se reduzia o escravo negro, surgiram novas bases para a organização do mercado de trabalho "livre", o que resultou no colono "assalariado", dada a dificuldade de acesso à terra.

Finalmente, em 1888, ocorreu a abolição da escravatura e, em 1889, a proclamação da República, configurando-se uma transformação no modo de organização da produção do café em relação ao uso da mão-de-obra, a qual passou a ser suprida por imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, que vieram para o Brasil como colonos. Estes tiveram suas passagens financiadas pelos proprietários de terra, que exigiam em troca um período de trabalho como forma de pagamento da dívida. Com a finalidade de baixar o custo da mão-de-obra, permitiu-se a produção de subsistência nas ruas do café, composta basicamente de arroz, feijão e milho.

Tendo desta forma assegurado o fator de produção mão-de-obra, o café manteve-se como o produto básico dos latifúndios e, conseqüentemente, como o "carro chefe" da economia brasileira.

Inicialmente produzido no Estado do Rio de Janeiro, expandiu-se em direção ao Estado de São Paulo, ocupando o Vale do Paraíba, onde foi construída a Estrada de Ferro Central do Brasil, com recursos ingleses tanto de capital como tecnológico, servindo ao transporte do café.

Nesta fase, ocorreu a intensificação da monetarização da economia,

em consequência da abolição da escravatura, incrementando o mercado interno, até então abastecido pelas importações e estimulando, desta forma, a implantação de um núcleo manufatureiro no Brasil.

Paralelamente ao setor cafeeiro rural, desenvolveu-se, na região urbana, um segmento da sociedade constituído pelos exportadores e importadores e, também, o setor público, representado por um Governo que defendia, basicamente, os interesses cafeeiros, sendo seu principal instrumento de ação a política cambial.

Dado o comportamento cíclico do café no mercado internacional, verificaram-se períodos caracterizados por crises de superprodução, as quais foram se tornando mais agudas, principalmente em função do tamanho do setor cafeeiro no País, o que comprometia a economia brasileira. Em função dessa situação, o Governo representando os interesses dos cafeicultores, desenvolveu uma estratégia para amenizar os efeitos das crises, tendo sobrevalorizado o câmbio, em períodos de baixa do preço do café no mercado internacional para garantir, dessa maneira, a receita em moeda nacional e socializar as perdas através de inflação. Completando a medida de política cambial, foram efetuadas compras para a formação de estoques reguladores, de modo a controlar a oferta de café no mercado internacional, com o intuito de manter elevado o preço do produto. O financiamento desta operação se deu através da taxação do café exportado, na forma de confisco.

O objetivo desta política em relação ao setor manufatureiro era o de propiciar o desenvolvimento da indústria emergente no Brasil pois, em períodos de sobrevalorização do câmbio, os produtos importados que abastecem o mercado interno têm suas cotações elevadas, o que aumenta a competitividade dos produtos nacionais. Também nos períodos de câmbio normal, portanto de preços mais baixos dos produtos importados, favoreceu a importação de bens de produção por parte da burguesia industrial nascente, dando assim os primeiros passos no sentido da industrialização, através de transferência de renda do setor cafeeiro.

Durante o ciclo do café, a utilização da terra dependia exclusivamente de ordens institucionais e jurídicas ditadas pelos interesses da burguesia cafeeira.

A cafeicultura nacional cresceu enormemente nas primeiras décadas do século XX, dada a sua grande vantagem relativa quando cotejada aos demais produtos agrícolas do País. Portanto, observa-se que os capitais formados no País também fluíram para a lavoura cafeeira.

Segundo FURTADO (3), "era inevitável que a oferta de café tendesse a crescer, não em função do crescimento da produção, mas sim da disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas, e de vantagem relativa que apresen-

tava esse artigo de exportação".

Com o excesso de oferta, os preços do café passaram a sofrer sérios reveses no mercado internacional, e as políticas de valorização adotadas pelo Governo brasileiro, em última instância, apenas transferiram a solução do problema para o futuro, o qual vinha se tornando cada vez mais grave.

O futuro chegou com a grande depressão de 1929, pois desse ano a 1931 o preço do café no mercado internacional caiu de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos de dólar por libra, isto apesar da pouca elasticidade do consumo de café.

O Governo passou a comprar o café dos produtores para queimá-lo. Esse fato pode parecer absurdo à primeira vista; entretanto, para induzir os produtores a não colherem o café, os preços teriam que baixar muito mais, principalmente quando se considera a desvalorização cambial do cruzeiro. Por outro lado, as compras de café, através do efeito multiplicador, geram demanda em outros setores da economia e criam uma renda maior que os dispêndios com a aquisição e queima.

Nas palavras de FURTADO (3): "o que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruiu era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes".

Explica-se, assim, que já em 1933 tenha começado a crescer a renda nacional no Brasil, quando nos Estados Unidos os primeiros sinais de recuperação só se manifestaram em 1934.

Essa política serviu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia, o que, em uma época de ruptura entre a economia nacional e a economia internacional, estimulou a nascente indústria nacional.

Essa decadência da economia cafeeira, aliada ao nascimento da burguesia industrial brasileira, forçou a um deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor industrial. Com esse novo panorama econômico, o pacto social também sofreu profundas alterações, com a queda da oligarquia cafeeira e a ascensão de outras oligarquias como: a do gado no Rio Grande do Sul, a da borracha no Norte e a do algodão e a do açúcar no Nordeste. Como nenhum desses grupos, isoladamente, tinha poder hegemônico, o novo pacto teve a participação de todos, com a mediação do Governo Getúlio Vargas.

Esse fato gerou a integração do mercado nacional, na complementação das economias regionais, que antes se fazia pelo comércio exterior.

3 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

A partir de 1933, especificamente de 1933/35, intensificou-se a industrialização no Brasil, o que, paulatinamente, diminuiu o poder político dos latifúndios; a indústria passou a assumir o comando do processo capitalista de acumulação, através da estratégia de "substituição de importações".

Nesta época, começaram a aparecer, de forma mais sólida, pequenas fábricas de chapéus, louças, fiação e tecelagem, etc, fortalecendo a urbanização e provocando várias modificações na produção agropecuária. Dado esse mercado crescente, consolidou-se a pequena produção de bens agrícolas e também a produção de matérias-primas para as indústrias nascentes, ocupando desta forma o espaço deixado pelo latifúndio cafeeiro que caiu com a crise de 1929.

A agricultura produtora de alimentos no período anterior era apenas atividade subsidiária do latifúndio cafeeiro, voltada para o autoconsumo; com a mudança do pólo dinâmico, a agricultura voltou-se para o mercado, convertendo-se em produção de mercadorias.

O algodão, cultura que substituiu o vazio deixado pelo café, inovou as relações de trabalho no campo, que antes se caracterizavam predominantemente pelo colonato; assim as novas relações tiveram como base a parceria, por quanto essa cultura apresenta um risco climático muito maior e o proprietário de terra passa a dividí-lo como o trabalhador.

Com a recuperação da economia mundial no pós-guerra, a agricultura voltou a se constituir em grande fonte de divisas para o País, as quais eram usadas na aquisição de bens intermediários e de produção.

Já no período 1955/61, com a entrada do Governo Juscelino Kubitschek implantou-se o "Plano de Metas", através da utilização de poupança internacional, pois com o decorrer do processo de industrialização havia a necessidade de internalizar a indústria pesada (siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc), na economia nacional, criando, desta maneira, a infra-estrutura em território brasileiro para a produção de bens de consumo final.

O debate sobre a questão agrária intensificou-se no período final dos anos 50 e início da década de 60, e está ligado aos rumos da industrialização brasileira, sendo a agricultura, ou mais especificamente, a estrutura concentrada da posse da terra, colocada como um entrave ao desenvolvimento, o que requer, como solução, a reforma agrária.

3.1 - O Debate Sobre a Questão Agrária

A reforma agrária seria necessária para acelerar a penetração das relações capitalistas de produção no campo e, conseqüentemente, eliminar os

resquícios feudais existentes, como colocava GUIMARÃES (6). Nesse sentido, a reforma agrária resolveria a questão agrária, suprimindo as relações pré-capitalistas, e a questão agrícola, propiciando um aumento de produção pelo uso de terrasocios, o que se configuraria numa exigência do capitalismo, no sentido de propiciar a ampliação do mercado para a indústria do País.

PRADO JR. (12) considera como equivocada a posição de Alberto Passos Guimarães, alegando que as supostas relações feudais não passavam de relações de emprego assalariado disfarçado, sendo fundamental apenas caracterizar a existência ou não de autonomia nas atividades exercidas pelos parceiros, foreiros e outros; ou seja, a ausência de autonomia indicaria, entre outros fatores, que não havia, portanto, nenhum sentido em falar de reforma agrária para passar para o sistema capitalista. Além disso, Caio Prado Jr. argumenta que nossa colonização foi atrelada ao capitalismo comercial que estava se implantando na Europa.

Apesar desses diferentes posicionamentos sobre a funcionalidade de uma reforma agrária, havia nessa época um consenso nos vários diagnósticos sobre os rumos da economia brasileira, reforçado inclusive pela corrente cepalina, que afirmava que a estrutura agrária-altamente concentrada é limitante ao processo de industrialização do País (13), porque:

- há um estrangulamento na oferta de alimentos aos setores urbanos, com pressão sobre os preços e reflexos nos salários urbanos;
- o mercado interno não cresce para suprir a oferta da indústria em surgimento, pois o campo é auto-suficiente, ou seja, a agricultura não é um mercado para o setor industrial.

RANGEL (13) demonstra que a reforma agrária funcionando como "um dos preparativos mais importantes do corpo social para empreender o processo de industrialização". Seu efeito final, segundo o citado autor, deveria ser "a criação de uma numerosa classe de pequenos produtores que, por um lado, preservem sua capacidade de produção para autoconsumo e, por outro, como pequenos produtores de mercadorias que são, ao lado dos pequenos produtores urbanos de mercadorias, caem na área de atração da economia de mercado, com sua típica propensão para a especialização e para a independência". Ou seja, a pequena produção funcionaria como um mecanismo regulador do sistema, o que coloca a reforma agrária como condição obrigatória para o desenvolvimento.

É importante contextualizar o problema da reforma agrária enquanto crise agrária e agrícola.

3.2 - O Que é Crise Agrária:

RANGEL (13) situa a crise agrária dentro do contexto do processo de

desenvolvimento do capitalismo industrial, com a transferência de considerável parcela da população trabalhadora das condições de virtual auto-suficiência para as de crescente interdependência.

"... o processo de desmantelamento da autarcia familiar – especialmente das grandes massas camponesas, mas não apenas delas – embora inevitável, afinal, desejável, porque não pode haver desenvolvimento sem divisão do trabalho, seja feito em ritmo que se harmonize com o processo paralelo de organização da economia extra-familiar que deve receber e utilizar proveitosamente o tempo de trabalho liberado pela economia natural familiar. Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária. Esse descompasso pode se manifestar por excesso ou insuficiência da oferta de mão-de-obra à economia extra-familiar e, por sua vez, esse desequilíbrio, qualquer que seja o seu sinal, pode se exprimir por super ou subdimensionamento do setor agrícola no sistema econômico". Nesta situação, segundo o autor, a crise agrária apresenta-se como crise agrícola. Ou seja, a questão agrária está sempre presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Há um íntimo relacionamento entre elas, sendo necessário frisar, entretanto, que a resolução de uma crise pode ser feita de modo a agravar a questão agrária.

Segundo GRAZIANO DA SILVA (5), a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz e quanto se produz. A questão agrária está afeita às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. Seus principais indicadores são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, entre outros.

3.3 - Solução Adotada

Em função do conceito apresentado anteriormente, torna-se necessário colocar a influência do processo de industrialização no desenvolvimento da agricultura e na questão agrária. A industrialização brasileira ocorreu não no momento histórico do capitalismo concorrencial, mas do capitalismo monopolista, por isso é chamada de "tardia", o que trouxe consequências fundamentais do ponto de vista da absorção da mão-de-obra. A indústria que se instalou no Brasil já trouxe embutida uma tecnologia que não permitiu absorver em larga escala a mão-de-obra liberada da agricultura.

Diante do processo de industrialização descrito, a atividade agrícola dos países de economia de mercado, face às condições que a transformam ou numa parte integrante do capital monopolista ou em seu apêndice, só teve duas opções para solucionar seus problemas: "reforma agrária ou a estratégia de modernização conservadora" (6). O Brasil optou pelo segundo caminho: enfrentou a questão agrícola, propiciando o aumento da oferta de matérias-primas para a indústria e alimentos para o mercado interno, além de produtos de exportação, e conectou o setor agrícola à indústria, através da demanda de insumos e máquinas. Ampliou, além disso, o mercado interno para produtos industriais, não só pelo aumento de consumo dos bens finais, mas principalmente do consumo de bens intermediários, facilitado pela desestruturação de parte da economia de subsistência e a conseqüente urbanização de parcela significativa da população rural.

RANGEL (13) explica a "rationale" desse processo de industrialização, que "se fez nos quadros de instituições que, de certo modo, corrigem os preços relativos dos fatores, engedrando condições propícias para funções de produção progressivas ... capital intensivo e poupador de mão-de-obra". Ou seja, o empresário age racionalmente, na medida em que o salário que tem de pagar ao trabalhador é nominalmente elevado, pois está sobrecarregado por pseudo-custos e o capital lhe chega a custos descontados. Além disso, esse autor coloca que a função social de produção não tem esse caráter de poupadora de mão-de-obra, pois há o contra-peso da função incremental de produção, que força a que a economia nacional recorra a expedientes que implicam o emprego maciço de mão-de-obra.

Assim, a própria agricultura foi levada a adotar sofisticadas tecnologias importadas, através de pesados subsídios estatais.

Para os capitalistas do campo, tanto pessoa física como jurídica, criaram-se mecanismos financeiros a juros subsidiados e inúmeros incentivos, possibilitando, desse modo, a concentração da terra nas mãos de um número cada vez menor de protegidos sob a tutela do Estado.

Portanto, o processo de industrialização avançou sem reforma agrária e mais que isso: a estrutura agrária, que já era altamente concentrada, teve a partir dos anos 60 um aumento no grau de concentração, conforme quadro 1.

Os dados apresentados revelam a rigidez da estrutura agrária brasileira: enquanto os 50% de propriedades menores, praticamente, mantiveram sua participação na área total durante todo o período considerado, os 5% e 1% de propriedades maiores tiveram maior participação relativa na distribuição de terras, o que evidencia uma "mã" distribuição da posse da terra ao longo desse período.

QUADRO 1. - Distribuição da Posse da Terra no Brasil

Percentual (%)	Censos Agrícolas					Cadastro do INCRA	
	1920	1940	1950	1960	1970	1967	1972
50	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	3,5	3,8
5	66,1	66,2	67,9	67,9	66,8	66,0	68,1
1	41,9	43,0	44,6	44,5	42,8	44,3	46,0

Fonte: Censos Agrícolas e Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA).

Assim, o início dos anos 60 marcou a entrada das multinacionais na indústria pesada e na produção de máquinas e insumos agrícolas. O Governo, sob o comando dos interesses dos grupos econômicos, implementou uma política de desenvolvimento agrícola destinada a incentivar a organização da produção desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de modernas tecnologias.

GRAZIANO DA SILVA (5) destaca que a agricultura, após os anos 60, sofreu um processo de diferenciação em três grandes regiões: o Centro-Sul, com a rápida modernização, pela incorporação de insumos industriais; o Nordeste, que permanece sem grandes transformações fundamentais nas suas características, mesmo após a incorporação das fronteiras do Maranhão e da Bahia; e a Amazônia, incluindo parte da Região Centro-Oeste, áreas de expansão de fronteira.

Portanto, no período 1960/70, além da concentração fundiária, houve uma rápida expansão de fronteira agrícola no País, sem que tal fato tenha contribuído para melhorar a distribuição de terras. Segundo GRAZIANO DA SILVA (4 e 5), a expansão recente da fronteira tem-se dado com base na implantação de grandes fazendas, especialmente na região Amazônica.

Nas fases de crescimento, como a de 1967/72, aumentou o número de grandes propriedades, via absorção de áreas de pequenas produções, empurrando-as para as áreas de fronteira, principalmente aquelas pequenas explorações que têm formas precárias de acesso à terra.

No período 1972/76, houve uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, com a implantação de pequenas propriedades e, paralelamente, a instalação de imensas áreas, geralmente ligadas a grandes empresas.

O relacionamento da crescente concentração fundiária, no período, com as variáveis fundamentais para a compreensão da questão agrária, coloca a necessidade de se entender o mecanismo cíclico da criação e destruição da pequena produção. Nos períodos de crise há, em geral, um aumento de todos os tamanhos de propriedade: as pequenas produções ressurgem pela própria imposição

dos grandes proprietários, que repassam a responsabilidade de parte de suas áreas aos parceiros e arrendatários, visando diminuir seus custos e riscos.

O complexo latifúndio-minifúndio, que nasceu com o ciclo do açúcar e vem se reproduzindo com maior intensidade no País, inclusive nas fronteiras agrícolas está sendo ocupado cada vez mais pelas grandes empresas capitalistas, generalizando assim a miséria e o êxodo para os centros urbanos, marginalizando o trabalhador rural e sua família e internacionalizando o latifúndio. Essa estratégia beneficiou, prioritariamente, os complexos agroindustriais, negligenciando os 2,5 milhões de minifúndios e 5 milhões de trabalhadores temporários-volantes, biscateiros e bôia-frias (6).

Na verdade, esse padrão de concentração da propriedade da terra, somado à rápida expansão da fronteira agrícola, levou milhares de pequenos parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários a se mudarem para as cidades, evidenciando que tal solução foi apenas provisória e provocou um agravamento do quadro social.

4 - SITUAÇÃO RECENTE

O debate sobre a questão agrária ainda hoje é objeto de polêmica, à semelhança de épocas anteriores. Com relação à questão atual, pretende-se mostrar como as análises e diagnósticos diferem entre si. Conforme os autores que têm escrito sobre o assunto, a situação recente da agricultura brasileira tem se caracterizado por uma série de problemas exigindo mudanças no atual quadro, o qual apresenta as mais diferentes perspectivas.

Para GRAZIANO DA SILVA (5), as principais mudanças ocorridas recentemente na agricultura brasileira e que implicam um agravamento da questão agrária são:

- a) fechamento da fronteira agrícola com reflexos no plano social, econômico e político;
- b) processo acelerado da modernização agrícola na Região Centro-Sul do País, provocando três conseqüências básicas: acentuadas disparidades intra e interregionais; aumento da sazonalidade do trabalho agrícola e tendência de unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada; crescente presença do capital monopolista no campo, subordinando as pequenas produções aos seus interesses, como centro de acumulação dinâmica de capital.

Portanto, para o autor, a não existência de "terras livres" obriga a agricultura a se capitalizar para responder ao crescimento da demanda de alimentos e de matérias-primas. Nesse sentido, a produtividade deverá crescer continuamente através de tecnologias físicas, químicas e biológicas. Da mesma

maneira que o capital deverá encontrar suas próprias formas para superar os obstáculos e atingir tais objetivos, a população rural deverá resolver seus problemas, organizando-se e defendendo seus próprios interesses. Dada essa nova dimensão, a questão agrária ressurgue em nova embalagem e se coloca, especificamente, dentro do contexto de ser uma solução para a crise agrária brasileira, apresentando-se agora como uma reivindicação dos setores populares. Para GRAZIANO DA SILVA (5), configura-se como "uma luta pela transformação da própria sociedade brasileira para um outro sistema, onde o trabalhador não só trabalhe, mas também se aproprie dos frutos de seu trabalho".

A questão agrária permeia a análise dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, todos ligados ao caráter predatório que atingiu a forma específica do desenvolvimento do capitalismo neste País, sendo, portanto, uma questão eminentemente política.

Segundo NAKANO (8), a agricultura brasileira vem sofrendo hoje sérios efeitos distorcivos, originados por três mecanismos estruturais e "perversos":

- a) a troca desigual entre agricultura e indústria, através da compressão de custo-preço e, como consequência, uma apropriação crescente da renda do setor agrícola para o industrial;
- b) apropriação da terra, mantendo até hoje o antigo complexo latifúndio - minifúndio, e que ainda vem se reproduzindo com grande intensidade no País;
- c) valorização da terra, a despeito da não utilização produtiva desta, deixando a propriedade fundiária num forma que privilegia a acumulação de capital fictício.

O autor propõe que esses mecanismos sejam desarticulados, a fim de se obter eficácia, na formulação de uma política agrícola, e benefícios para a coletividade via investimentos públicos. Alerta que a não reorientação dos diversos instrumentos da política implicará resultados ainda mais perversos e um maior reforço dos mecanismos apontados anteriormente.

NAKANO (8), apresenta duas tendências básicas existentes na agricultura, as quais vem provocando enormes distorções sobre a organização fundiária e produtiva do setor agropecuário. Trata-se, em primeiro lugar, da desvalorização da produção agrícola, dificultando de forma acentuada o acesso à terra para uma grande massa de pequenos produtores rurais, os quais, quando não são expulsos, ficam confinados em áreas de tamanhos irrelevantes e de baixa fertilidade, sem nenhuma condição de acumulação. A segunda tendência é caracterizada pela valorização fictícia da terra, privilegiando aqueles que têm acesso aos centros de decisão política ou que possuem capital; com isso se intensifica e até se reforça o processo de concentração da propriedade da terra, que é ocupada de forma extensiva e improdutiva, esgotando a fronteira natural

de crescimento agrícola tradicional. Provoca-se, assim, uma crescente expulsão do trabalhador rural e insuficiente expansão da produção agropecuária.

Para garantir a reestruturação do sistema produtivo agrícola, o autor sugere políticas alternativas, quais sejam:

- a) que sustentem, de forma permanente, a rentabilidade da produção rural, através de instrumentos que atuem sobre os mecanismos de preços, via política eficaz de preços mínimos, os quais valorizem a produção e elevem os preços relativos da agricultura, de modo a destruir o mecanismo de troca desigual;
- b) que penalizem a apropriação improdutiva da terra, via política tributária, elevando-se gradualmente o Imposto Territorial Rural (ITR) e tornando-se confiscatória com o decorrer do tempo, de forma a dar oportunidade aos atuais proprietários, de utilizar produtivamente as terras ou de se desfazerem dela, permitindo então aos pequenos produtores o acesso a mesma em dimensões adequadas. Criar-se-iam, por esse meio, as condições para a capitalização e modernização da produção rural.

O autor apresenta um enfoque das graves distorções na agricultura, da mesma forma que outros estudiosos, os quais concordam com o diagnóstico quanto à crescente valorização da terra e desvalorização da produção. Diferem, entretanto, quanto às políticas de reestruturação fundiária e da produção, apresentando sugestões conflitantes, para a solução dessa problemática.

Para NAKANO (8) uma reforma agrária seria viabilizada naturalmente e sem graves conflitos, se adotada a nova política; porém, seria uma reforma com visão estratificada pela multiplicidade de explorações familiares, que considera mais eficientes tecnologicamente e que têm tamanho ótimo definido pela tecnologia, capazes de obter os ganhos de escala que podem ser absorvidos por tais empreendimentos agrícolas, sob o comando de dois ou três trabalhadores apenas. Aponta a atual modernização dos latifúndios — hoje transformados em grande empresa capitalista — como um verdadeiro fracasso, já que devem operar numa escala superior à ótima, com custos crescentes, inclusive os de administração, maiores que os das unidades familiares. Coloca, ainda, que a propriedade familiar tem como objetivo último aquilo que denomina de "preço de subsistência", em condições de cobrir os custos de produção e de depreciação das máquinas e de garantir uma renda para a reprodução da família. Sendo este preço inferior ao preço da produção permitiria, portanto, o deslocamento da produção capitalista. Desta forma, a nova classe produtiva interessa apenas a valorização da atividade agrícola, de forma a expandir esta atividade, e não o capital.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, este trabalho procurou mostrar que as possíveis soluções para a crise agrária presente nos dias de hoje devem ter por substrato uma compreensão do processo histórico da apropriação e uso da terra e sua inserção no desenvolvimento econômico brasileiro.

Nesse sentido, a primeira conclusão que se destaca é a alta concentração fundiária existente em toda a história do Brasil, a qual tem sua origem na fase do capitalismo mercantil, quando a Coroa Portuguesa explorava a colônia através da produção para exportação, criando basicamente duas classes sociais no Brasil: senhores e escravos.

Alguns acontecimentos que de certa forma poderiam ter mudado esse rumo histórico, como a modificação do uso de mão-de-obra escrava para o assalariado durante o ciclo do café, na verdade não propiciaram o acesso a terra aos imigrantes, que foram impedidos por ordens institucionais e jurídicas ditadas pelo interesse da burguesia cafeeira, sem a reversão do processo de concentração fundiária.

Também a industrialização leve, a partir dos anos 30, e a pesada, a partir dos meados dos anos 50, de certa forma agravaram a questão agrária, pois com a preocupação de adotar tecnologia de capital intensivo gerou um número pequeno de empregos, deixando grande parte da população à margem do processo de desenvolvimento que se desencadeou neste período.

Esse descompasso entre a liberação de mão-de-obra do setor rural familiar e sua não absorção total pela economia extrafamiliar é, na concepção de RANGEL (13), o que constitui a crise agrária. Decorrente desse processo, a questão agrária veio se agravando, principalmente no período mais recente com o esgotamento da fronteira agrícola, a qual foi ocupada por grandes empresas capitalistas através da internacionalização dos latifúndios, dando continuidade à propriedade das terras de forma concentrada, e ocupada de maneira extensiva e improdutiva, aliando-se, ainda, ao especulativo da terra pela acumulação fictícia de capital.

Atualmente, são várias as reivindicações que permeiam a sociedade brasileira para solução da crise agrária. Nesse sentido, no que se refere aos trabalhadores a questão da reivindicação tem sido dicotomizada entre reforma agrária e melhores salários, o que às vezes é tomado como posições antagônicas. Nesse sentido, cabe citar as palavras de GRAZIANO DA SILVA "... essa oposição - terra/salários - só aparece quando não se consegue entender a complexidade das relações de trabalho na agricultura brasileira. No fundo, o que os trabalhadores rurais querem - como todos os trabalhadores em geral - são melho

res condições de vida e de trabalho. Se isso é possível obter trabalhando um pedaço de chão que não seja de outro, ou recebendo altos salários, pouco importa: o fundamental é que se obtenha com isso os frutos de seu trabalho".

Cabe considerar a atual preocupação do Governo da Nova República em implementar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, que visa atender cerca de 10 milhões de beneficiários potenciais, tendo por objetivo geral mudar a estrutura fundiária do País, distribuindo e redistribuindo a terra de modo a eliminar progressivamente o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico, no esforço de proporcionar acesso à propriedade da terra aos que não a possuem. No entanto, há que se atentar para ações políticas específicas, coerentes com as estratégias globais de desenvolvimento social e econômico, sob pena de fracassarem, invalidando sacrifícios e recursos investidos.

Os propósitos da reforma agrária são assim enunciados: a) combate à pobreza dos agricultores sem terra; b) garantia de produção de alimentos e outros produtos agrícolas a preços baixos; e c) contribuição à retomada do crescimento econômico e social do País. Todavia, se a reforma agrária da Nova República, no afã de assegurar um regime de posse e uso da terra aos que não a possuem, terminar criando novos minifúndios antieconômicos e/ou latifúndios com área mal exploradas, porém os únicos capazes de arcar com pesadas tributações, não se resolverá o problema da pobreza rural, mas transferirá a mesma dos não proprietários para os novos proprietários de terra.

Acredita-se que a meta da reforma agrária deva ser a constituição de novas empresas familiares ou outras formas de organização, que assegurem reais possibilidades de incorporar o progresso econômico e social das famílias envolvidas.

Se os ajustamentos fundiários que devem ocorrer, principalmente nas regiões com decréscimo da população rural e esgotamento da fronteira agrícola, caso do Sul e Sudeste, forem determinados somente pelas forças do mercado, sem uma participação interveniente do Estado, o problema da concentração fundiária talvez se agrave ainda mais a curto e médio prazos, em vez de caminhar para uma solução. Caso as áreas liberadas para a reforma agrária não sejam contempladas por uma nova política agrícola serão, via de regra, adicionadas a grandes empresas, deixando de contribuir para melhorar a base fundiária.

Todas essas questões, apesar da abordagem técnica, são de cunho político e, sem dúvida alguma, são relevantes, no sentido de reorientar a agricultura. Por conseguinte, é fundamental identificar de que modo os pontos levantados neste trabalho estão diretamente vinculados à formação das classes. É fundamental, portanto, que exista espaço para que cada classe social possa se organizar na esfera política, o que só será possível se os brasileiros construírem uma sociedade basicamente democrática.

LITERATURA CITADA

1. BRESSER PEREIRA, Luiz C. A reforma agrária inadiável ED-BRASIL (E-498). São Paulo, EAESP/FGV, 1980. 5p. (mimeo)
2. CUNHA, Marcus. A reforma agrária. Reforma agrária, Campinas, 2(4): 6-14, jul./ago. 1981.
3. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1980. 261p.
4. GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1981. 210p. (Coleção Economia e Planejamento - Série Teses e Pesquisas)
5. ————. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 109p. (Coleção Primeiros Passos, 18)
6. GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Paz e Terra, 1981. 255p. (Coleção Estudos Brasileiros, 24)
7. HOMEM DE MELLO, Fernando B. et alii. Proálcool, energia e transporte. São Paulo, Pioneira, 1981. 136p.
8. NAKANO, Yoshiaki. Questões prioritárias na formulação de políticas agrícolas. São Paulo, s.c.p.; s.d. 14p. (mimeo)
9. ————. Taxa de lucro na agricultura. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(3):3-16, jul./set. 1981.
10. OLIVEIRA, Antonio C. O partido dos trabalhadores frente à questão agrária. Reforma Agrária, Campinas, 11(4):2-5, jul./ago. 1981.
11. OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: críticas a razão dualista. Rio de Janeiro, CEBRAP/Vozes, 1972. 65p.
12. PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188p.

13. RANGEL, Ignácio. Questão agrária e agricultura. Encontros com Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 7(1):179-192, jan. 1979.
14. RYFF, Tito. A cornucópia agrícola: mito e realidade. In: TAVARES, Maria da C. & DAVID, Maurício D. Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira. 4.ed. Rio de Janeiro, Vozes/Achiamê, 1982. p.89-99.
15. VEIGA, José E. O que é reforma agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 87p. (Coleção Primeiros Passos, 33)

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

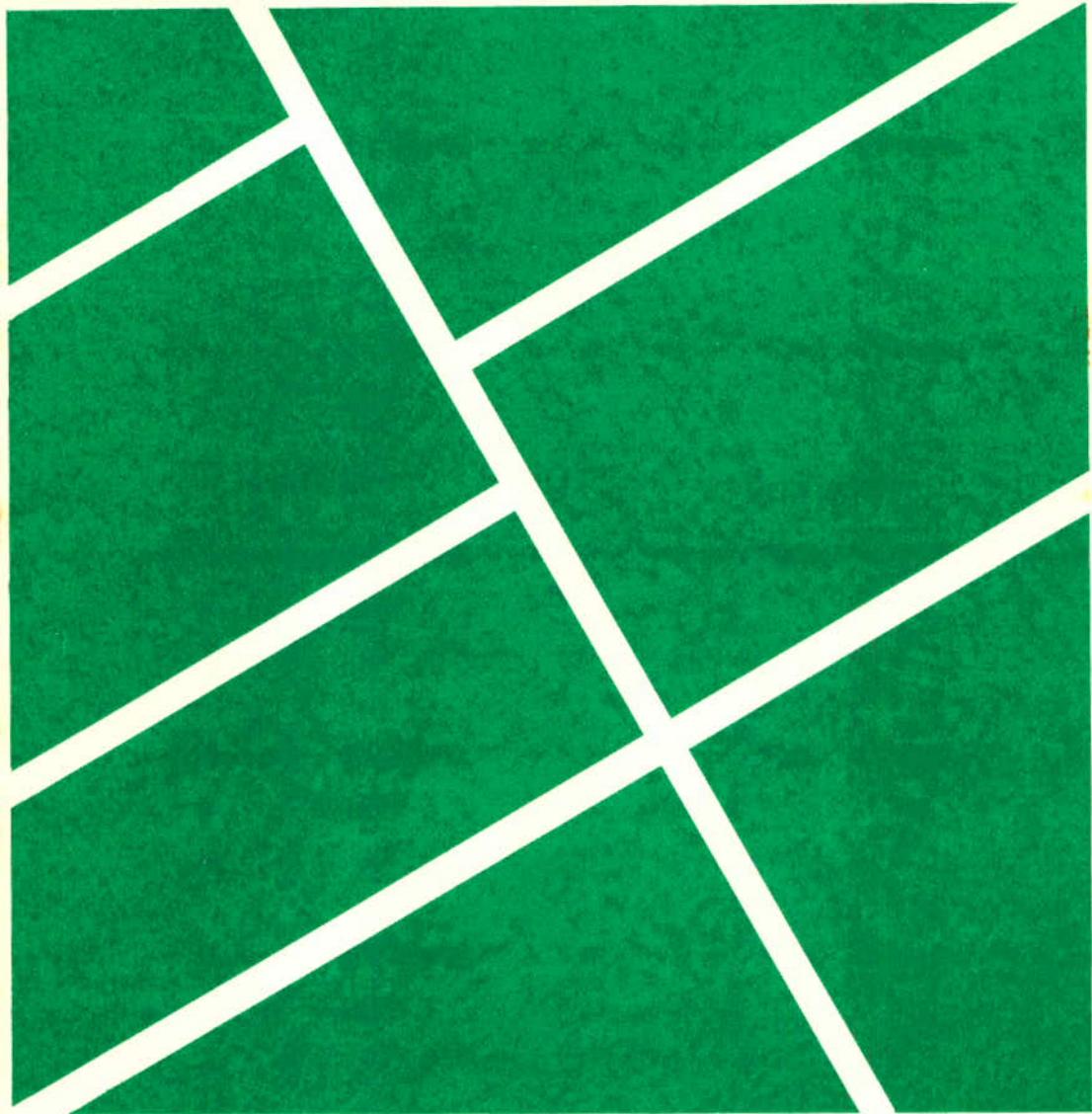
Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria



Relatório de Pesquisa
Nº 17/86

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola